

Capítulo 1

Sozinho no silêncio do seu quarto: por onde começar

... faço um livro [dissertação]; posso ter muitos conhecimentos e muitas idéias, um plano magnífico, mas meu livro [dissertação] nada será enquanto eu não o tiver escrito; e, quem sabe se, uma vez escrito, não exibirá outras idéias e plano bem diferente do que eu tivera no início? O verdadeiro salto criador está entre a obra escrita e aquilo que a prepara.

OLIVIER REBOUL

1.1. Aspectos da esfera acadêmica de comunicação

Quando estiver escrevendo sua dissertação, pense nos seus amigos e também nos seus inimigos – esse conselho me foi dado por meu orientador de mestrado. Escrever para os amigos significaria, na concepção dele, exibir nossa capacidade de articular criativamente as idéias e apresentá-las de maneira que nosso público nos identifique como autores do texto, influenciando, suscitando apreciações de diversas ordens. Já os inimigos seriam aqueles com quem deveríamos *brigar*, discordar antecipando objeções, contrapondo idéias, concepções, visões de mundo – dessa tensão entre vozes dissonantes nasceria nosso texto.

De fato, esse conselho sintetiza inúmeros aspectos que estão em jogo quando temos como meta publicar nosso trabalho; o principal deles, sem dúvida, diz respeito ao leitor, ou leitores, que temos em mente quando optamos por escrever no meio acadêmico.

Na academia, a questão do leitor é bastante complexa, pois, além do grupo profissional a quem dirigimos nosso estudo, devemos pensar também na banca examinadora, e isso cria mais um ponto de tensão na equação acima, mais uma voz com a qual precisamos dialogar.

PERROTTA, Cláudia. **Um texto para chamar de seu:** preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Esse leitor que avalia é, invariavelmente, motivo de grandes preocupações para as pessoas que me procuram, sendo a principal delas quanto ao padrão de escrita acadêmica que se deve seguir. Nesse aspecto, não basta nos inteirarmos das normas legitimadas nem pensarmos em vestir outra roupagem, mais formal, para nos comunicarmos, o que estaria de acordo com a produção de um texto obediente – *fazer-reativo* – e não de um trabalho *feito-pelo-impulso*, como me referi na introdução. Além do mais, conceber a linguagem como algo exterior a nós, como um mero instrumento de comunicação de pensamentos já prontos é um equívoco.

1.1.1. O que está em jogo quando decidimos escrever na esfera acadêmica de comunicação

A definição de gêneros do discurso de Bakhtin (1997) pode nos esclarecer sobre o que seria essa escrita acadêmica. Diz o autor que a utilização da língua se dá em forma de *enunciados*¹, tanto orais quanto escritos, os quais provêm dos integrantes das diversas esferas das atividades humanas:

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional (Bakhtin, op. cit., p. 279).

Segundo o autor, os enunciados, quaisquer que sejam eles, embora individuais, são regulados pelas esferas de utilização da língua, as quais elaboram tipos relativamente es-

1. *Enunciado*, para o autor, é a unidade real da comunicação verbal; comporta, pois, um início e um final absolutos, sendo que, antes, há enunciados de outros e, depois de seu fim, enunciados-respostas dos outros para os quais é dirigido. Estes, no que o autor denomina de *atitude responsiva*, podem então concordar, discordar, julgar, refutar etc. (cf. Bakhtin, 1997, pp. 279-326).

táveis de enunciados, que seriam os gêneros do discurso. A idéia que temos da forma do nosso enunciado, isto é, de um gênero preciso do discurso, dirige-nos em nosso processo discursivo, dita-nos o seu tipo com suas articulações composicionais, seu estilo.

De fato, quando escrevemos uma carta, ou um e-mail, a um amigo próximo, as palavras fluem com certa liberdade, a pontuação que aprendemos na escola vai sendo deixada de lado, exageramos nas exclamações e reticências, damos por suposto que nosso amigo se lembra de acontecimentos aos quais apenas fazemos alusão em frases cortadas ou entrecortadas por notícias novas que lembram os fatos antigos. Também acreditamos que, obviamente, diante da felicidade de receber notícias, pouca importância ele dará aos nossos erros de português. Quando relemos, se é que relemos, nosso enunciado, também privilegiamos o tom, e não nos preocupamos em supercorrigir os erros. Exemplo: preocupamo-nos mais em comunicar a nosso amigo um certo estado de espírito do momento, uma disposição, um sentimento do que em exibir nosso domínio das regras do bem-dizer. O erro, nesses momentos, pode até favorecer nossa expressividade.

Mas então, nesse mesmo dia em que escrevemos a nosso amigo, precisamos também enviar uma carta ao Detran solicitando a revisão de uma multa de trânsito que nos foi imputada injustamente. Nada de reticências ou exclamações, e muito menos de frases pela metade. A ordem é acionar nossos conhecimentos sobre o modo-padrão de falar com autoridades públicas, até para melhor convencê-las de nossos argumentos. Vale exibir um certo conhecimento das leis, num tom contundente, mas respeitoso, de quem aceita as hierarquias da ordem social. E, claro, nada de erros de português; e, na releitura, é bom lembrar de usar o dicionário...

Em um mesmo dia, fomos então capazes de montar, de criar utilizando recursos já arquivados dois gêneros de discurso completamente diferentes, dirigidos a leitores di-

versos e com objetivos antagônicos. Para tanto, lançamos mão de conhecimentos dos quais nos apropriamos, e que vêm sendo construídos de longa data, por outros antes de nós, por nós e pelos que virão.

Somos, pois, aptos a utilizar com segurança formas-padrão e relativamente estáveis de *estruturação de um todo*. Relatos familiares, cartas, declarações públicas, modos literários, formas de exposição científica são alguns dos inúmeros gêneros discursivos elencados por Bakhtin (op. cit.), tão ricos e inesgotáveis quanto as esferas das atividades humanas.

Estudá-los, portanto, não é tarefa fácil, mas, sem minimizar sua heterogeneidade, o autor classificou-os em primários e secundários, sendo que faz parte dos últimos o discurso científico, caracterizado como aparecendo "... em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída" (Bakhtin, op. cit., p. 281). Nessa esfera de comunicação cabe ao autor definir seus intuítos, eleger o tema, dando-lhe um certo acabamento de acordo com a abordagem do problema, do material, dos objetivos a serem atingidos e também do contexto extraverbal.

O conceito de extraverbal é muito importante, pois compreendemos o sentido global da palavra também considerando a relação recíproca dos interlocutores, o papel e a posição daqueles para quem dirigimos o que temos a dizer. O amigo íntimo, a autoridade...

Bakhtin (1997, p. 283) afirma ainda que, embora o enunciado possa refletir a individualidade de quem fala, "nem todos os gêneros são (...) propícios ao estilo individual"². Obviamente, é no âmbito da criação literária que os autores não só podem como devem se dar grandes liberdades estilísticas, o que não é possível no discurso científico.

2. Para o autor, o eu é função do nós; ou seja, os indivíduos precisam estar organizados socialmente para que os signos possam surgir e, sendo assim, estilo individual não remete somente à idéia de subjetividade individual, mas sim ao indivíduo que se apropria de algo do patrimônio comum – a linguagem – para se comunicar (cf. Clark e Holquist, 1998, p. 244).

Quero aqui ressaltar que, tratando-se do discurso científico, precisamos estar atentos, primeiramente, para dois aspectos fundamentais, a saber: nele não cabem simplificações, idéias de senso comum, pois estamos na ordem da complexa tarefa de construção de saberes; e devemos observar formas de organização do enunciado já legitimadas e estabelecidas pelas finalidades dessa esfera de atividade humana para efetivarmos o diálogo com o leitor.

Mas há ainda um terceiro fator, igualmente fundamental: não devemos abdicar de nossa expressividade, o que nos remete à idéia de que um enunciado, qualquer que seja ele, nunca é absolutamente neutro. Neutra é a palavra isolada, que não é de ninguém nem comporta um juízo de valor, estando pois a serviço do usuário que dela se apropriará para compor seu enunciado – este sim sempre apresentará um ponto de vista, um posicionamento (cf. Bakhtin, 1997, pp. 308-9) e, portanto, um certo estilo pessoal, uma maneira própria de articulação.

Nessa medida, considerando que o estilo é uma propriedade essencial do enunciado e que diz respeito à maneira como forma e conteúdo são articulados organicamente em função de um todo acabado, cabe ao autor ser ativo nessa articulação; não pode, pois, ligar o *piloto automático*, utilizando-se de formas consagradas quando o conteúdo a que pretende se referir pede outras, muitas vezes inovadoras, ou mesmo empregá-las sem saber a que remetem o leitor, que respostas suscitam. Quero dizer com isso que o autor precisa sempre estar ciente do alcance das escolhas referentes à composição estética do que pretende dizer, porém essas escolhas não são estritamente individuais, mas devem ser contextualizadas em situações dialógicas.

Na verdade, essa é uma questão delicada, pois diz respeito ao intercâmbio constante entre o que é pessoal e o que é coletivo. Pergunta então o autor diante da complexa tarefa de compor sua dissertação: *como posso trazer algo de meu a terrenos – linguagem escrita, texto acadêmico – construídos por muitos, antes mesmo de minha existência?*

Lembro então que, como diz Bakhtin (1997), a linguagem não é só prática cognitiva (referente, portanto, apenas a aprendizados formais, a aquisições de conhecimentos já instituídos), mas também social (o que implica troca, impulso de compartilhar idéias sempre em construção, já que se realizam em função do outro, de uma nova e por vezes inusitada combinação química que acontece nos encontros, nos terrenos comuns que dividimos). Sendo assim, para dizer algo, necessariamente tomamos palavras que pertencem à comunidade; o que devolvemos é sempre a expressão de uma maneira de pensar, pois as mesmas palavras, dependendo da forma particular como são enunciadas em um contexto específico, podem significar coisas completamente diferentes, às vezes até contrárias.

1.1.2. As mesmas palavras, outros contextos, inúmeros sentidos...

Um exemplo: diante das palavras: “Deus salve a Igreja”, escritas em um pedaço de papel, sem nada dito antes ou depois, o leitor pode ser remetido a um discurso religioso, imaginando que seu autor deverá orar em favor da instituição citada. Se for solicitado que as leia em voz alta, procurará dar a elas uma entonação condizente com esse tipo de discurso, certamente conhecido. É, inclusive, uma face lúdica da linguagem, em que podemos brincar de imitar, por exemplo, um padre; usamos então de nossas referências, de experiências anteriores, acionamos nossos arquivos, às vezes já mortos...³

Recentemente, porém, Josias de Souza, jornalista e articulista do jornal *Folha de S. Paulo* (10.3.2002, p. A11), fina-

3. É sempre bom relembrar: há uma parlenda que joga com os medos infantis simplesmente brincando com a entonação e com a expectativa que determinado gênero de discurso pode criar: “era uma bruxa /à meia-noite /em um castelo mal-assombrado /com uma faca na mão /...passando manteiga no pão /passando manteiga no pão...”.

lizou uma reportagem exatamente com aquelas palavras. Observemos sua intenção:

CNBB S. A.: Em artigo publicado na *Folha*, dom Aloysio José Leal Penna ataca textos em que o repórter [o próprio autor da reportagem] apontou pecados filantrópicos de entidades católicas. Podendo responder a depoimentos, números, cifras e datas, o arcebispo, responsável pelo setor de Educação da CNBB, saiu pela tangente filosófica. Falou de “crença religiosa” e de “visões do cosmo”. Deus salve a Igreja.

Bem, o objetivo do jornalista era denunciar a instituição por manipular dados a fim de continuar sendo favorecida economicamente por meio de uma lei federal que isenta entidades filantrópicas de determinados impostos. Para isso, foi irônico e fez uma provocação, utilizando-se de palavras bastante caras nos discursos dos denunciados – pecado, filosofia, Deus, salvar, Igreja – para compor sua enunciação, diga-se, bastante contundente e sagaz. Veja que o uso que fez delas foi, portanto, completamente diferente.

De fato, ao lermos o texto de Josias de Souza, entoamos a frase em questão de maneira totalmente diversa da que entoaríamos diante de um folheto de missa. Isso porque, logo de início, organizamo-nos diante de uma enunciação de acordo com o gênero discursivo de que faz parte e pre vemos a maneira como será articulada, as palavras e formas típicas de estruturação que serão utilizadas e como o serão, os recursos retóricos etc.

Porém, isso não muda o fato de que os contextos em que usamos determinadas palavras são sempre únicos para cada um de nós. Ainda que se repitam, respondemos a eles de maneiras diferentes, pois vemos e percebemos o mundo diversamente, sendo que somos constituídos, justamente, tanto pelo que podemos como pelo que não podemos ver.

Nossa prática discursiva cotidiana é composta de nossas intenções⁴ comunicativas de momento, como denunciar,

4. Só para lembrar: intenção, impulso, objetivo do autor não são estritamente individuais, mas se ancoram na intenção, no impulso, no objetivo da coletividade, que

imprimindo um tom irônico e contundente na denúncia, orar por meio de um discurso religioso, entre outras.

O paradoxo seria então: por mais que a linguagem seja comum a todos nós, o que temos a dizer, segundo Bakhtin (1997), é sempre irrepetível: "... todos nós partilhamos do que é único" (Clark e Holquist, op. cit., p. 96).

Veja como a tarefa de escrever reporta a aspectos complexos, a questões humanas fundamentais. Pensando no tema deste livro – o texto acadêmico –, é, pois, a situação social imediata, qual seja, um determinado campo de saber acadêmico, com suas condições reais de comunicação, sua história, o momento pelo qual passa, suas dúvidas e conhecimentos, suas relações hierárquicas, de poder, tanto quanto o meio social mais amplo (as razões pelas quais se produz ciência, por exemplo) que vão determinar a estrutura de nossa enunciação, o que equivale a dizer, o todo intencional, sempre expressivo, construído por nós (Bakhtin, op. cit.).

1.1.3. Leitor-amigo, leitor-inimigo, leitor-par profissional, leitor-examinador, leitor-orientador...

Há os amigos e inimigos, os pares profissionais, com os quais mantemos uma relação mais simétrica, e os componentes da banca examinadora, com os quais a relação, ao contrário, é assimétrica. Esse complexo contexto extraverbal, essa composição de forças nos orienta na elaboração verbal.

Certa vez, um autor explicitou muito claramente essa questão, muitas vezes conflituosa. Dada a abordagem do problema da dissertação, que propunha o intercâmbio entre duas áreas distintas do saber, a banca examinadora era composta por um profissional de uma delas, porém o leitor majoritário seria da outra, por sinal, área da qual o tra-

seria tanto a área de conhecimento na qual insere o trabalho como todo o contexto histórico-social.

balho acadêmico fazia parte. Surgiram dificuldades para atender a esses dois leitores: o primeiro dispensava algumas informações sobre o percurso profissional do autor, exigindo maior objetividade na articulação de conhecimentos; já os pares profissionais, certamente, entenderiam melhor o trabalho se aquelas informações lhes fossem oferecidas mais minuciosamente. É, de fato, um conflito. Sugeri que o autor não se estendesse muito em seu percurso profissional, atendendo ao leitor-examinador, mas que selecionasse alguns dados importantes para contemplar o leitor-par profissional. Se, por acaso, o primeiro fizesse objeções a essa composição, o autor-avaliado poderia argumentar a favor de sua escolha, justamente evocando o outro leitor para quem a dissertação era dirigida.

Nessas horas é que nos afirmamos com nossos dizeres, assumindo o risco de fazer escolhas. Embora o poder do examinador seja, de fato, significativo, não podemos simplesmente nos submeter a ele, sem contra-argumentar; também não podemos ignorar essas relações hierárquicas, pois, nesse caso, corremos o risco de apresentar um trabalho sem lastro, um vôo livre que pode terminar em suicídio acadêmico. O ideal é procurar contemplar os diversos leitores, ou as mais variadas facetas de cada leitor, sem pretender a perfeição, mas equilibrando o trabalho com momentos mais atrativos para uns e menos para outros, oferecendo diversas portas de entrada no texto. Quando a conciliação não for possível, justificar as escolhas, com a preciosa e fundamental contribuição do orientador, é imprescindível.

Aliás, o orientador também é um leitor que precisa ser contemplado; por isso, a escolha do professor que irá acompanhar o autor no processo de trabalho exige cuidados. Além de se inteirar sobre as condições desse profissional de orientá-lo no conteúdo das idéias, é preciso que o orientando procure se informar sobre a forma de condução do trabalho, se o orientador privilegia mais a obediência às

normas, pouco valorizando novas formas de apresentação das idéias ou se, ao contrário, é mais maleável em sua avaliação do material, acolhendo marcas pessoais de articulação, obviamente respeitando a esfera de comunicação em que o dizer se insere.

Não estou aqui fazendo um juízo de valor; são maneiras diversas de orientar, ambas plausíveis e suficientemente legitimadas. O importante é que o autor do texto acadêmico procure, dentro do possível e de suas características pessoais, condições extraverbais favoráveis ao árduo processo de composição da dissertação.

Esfera acadêmica de comunicação

- Gênero de discurso secundário.
- Comunicação cultural mais complexa e mais evoluída.
- Expressão de uma maneira de pensar, de um ponto de vista a partir de palavras que pertencem à comunidade.

Quem é o seu leitor?

- Amigos, o que leva a imprimir um tom de cumplicidade, ao uso de estratégias de aproximação, para referendar posicionamentos.
- Inimigos, o que leva ao uso de tom contundente, de estratégias de convencimento, de antecipação de respostas a possíveis objeções.
- Banca examinadora e orientador, leitores que ocupam um lugar mais elevado na ordem hierárquica do contexto extraverbal.

Lembre-se: você deve contemplar a todos para tornar seu texto instigante e bem argumentado.

1.2. A arte de dissertar

Já tendo consciência do que significa apresentar o seu dizer em uma esfera acadêmica, é necessário que o autor compreenda o que significa elaborar uma dissertação, justamente o tipo de discurso que circula nessa esfera.

O texto dissertativo tem como função *expor*, apresentar ao leitor as diferentes formas dos saberes, bem como construí-los (Dolz e Schneuwby, 1996).

Para que insira seu trabalho no arsenal de conhecimentos disponíveis, que o localize no movimento reflexivo histórico da área em pauta, é preciso que o autor se disponha, então, a estudar e conhecer outros autores, tanto para deles se diferenciar como para apresentar afinidades de pensamento ou de prática, tanto para refutá-los, parcial ou totalmente, como para referendá-los, ou superá-los em alguns aspectos. Só assim poderá afirmar-se com o seu dizer, contribuindo na construção de saberes. Também é necessário que o autor consiga analisar, avaliar e criticar seu material empírico e seu objeto de estudo, guardando portanto distância suficiente para conseguir fazê-lo. Ou seja: o que se pretende basicamente em uma dissertação “é demonstrar uma tese mediante argumentos, apresentação e caracterização dos fatos, das razões, das provas, examinando-se as razões contrárias à tese e prevenindo-se de objeções” (Severino, 2002, pp. 185-6).

1.2.1. Dizer bem dito, dizer com arte

É justamente a pretensão de dizer bem dito que faz do dissertar uma arte, já que abarca tanto a possibilidade de aprender técnicas e procedimentos como de apropriar-se deles imprimindo uma marca pessoal. Pauto-me aqui na idéia desenvolvida por Reboul (2000) no livro *Introdução à retórica*. O autor retoma as origens e funções da retórica para reafirmá-la como “arte de persuadir pelo discurso”

(op. cit., p. XIV)⁵, sendo persuasão a capacidade de levar a crer e não necessariamente de levar a fazer. Mas pergunta o autor: não seria também a arte de manipular e até mesmo enganar?

Para responder, Reboul (op. cit.) retoma a história, afirmando que a retórica é uma invenção grega que, em sua origem, tinha como pretensão defender qualquer causa e qualquer tese, num tempo em que não existiam advogados e as pessoas precisavam de preceitos práticos para se defender diante da justiça. Era a retórica judiciária, segundo a qual a capacidade de convencer se sobrepõe à verdade, sendo que são justamente as piores causas que necessitam de maior apelo retórico⁶. Nessa época, o *slogan* que dominava era: “transformar o argumento mais fraco no mais forte” (op. cit., p. 3), o que dava ao discurso um poder muito grande.

... Privado de uma realidade objetiva, o *logos*, o discurso humano fica sem referente e não tem outro critério senão o próprio sucesso: sua aptidão para convencer pela aparência de lógica e pelo encanto do estilo. A única ciência possível é, portanto, a do discurso, a retórica (Reboul, op. cit., p. 9).

O discurso, nessa perspectiva, não tem nenhum outro compromisso a não ser o de convencer, de vencer o interlocutor, impossibilitando-o de replicar. Sendo assim, “a finalidade dessa retórica não é encontrar o verdadeiro, mas dominar através da palavra; ela já não está devotada ao saber, mas sim ao poder” (Reboul, op. cit., p. 10).

5. Segundo o autor, a retórica não se aplica a todos os discursos, apenas aos que têm o objetivo de persuadir.

6. Recentemente, um renomado médico acusado de pedofilia tentou se safar das acusações a ele imputadas argumentando que as fitas apreendidas, nas quais ele aparecia abusando sexualmente de seus pacientes, nada mais mostravam do que um novo procedimento de exame para observar o funcionamento de órgãos genitais. Para isso, usou de uma terminologia desconhecida do grande público, num claro apelo retórico destituído de compromisso com a verdade.

Todos nós conhecemos muito bem discursos dessa natureza, pois ainda hoje, ou talvez hoje mais do que nunca, são largamente utilizados em diversos contextos, um deles o da propaganda, especialmente a política. Desde as poderosas imagens de carros possantes, quando o Brasil é um dos recordistas em acidentes de trânsito, os incentivos ao vício de fumar, quando comprovadamente se sabe que o cigarro prejudica a saúde, até a mudança de visual acompanhada de discursos mais brandos por políticos de esquerda e de direita, o que se vê é a intenção de dominar o outro, para através desse domínio ganhar poder, econômico e/ou político, mas não o compromisso com o outro, a responsabilidade de propagar e avaliar o que acontece na realidade.

Mas Reboul (op. cit.) continua, retomando as transformações históricas pelas quais a retórica foi passando. A capacidade de qualquer um persuadir qualquer um elevou-se a uma prática só aceitável se estivesse “a serviço de uma causa honesta e nobre, e que não pode ser censurada, tanto quanto qualquer outra técnica, pelo mau uso que dela fazem alguns” (p. 11). Mas é com Aristóteles, segundo o autor, que a retórica deixa de ser um instrumento neutro e ganha um valor relativo. O filósofo reconheceu seus limites e mostrou no que ela é indispensável à condição humana. Mais do que discutir pelo prazer de discutir, de exercitar-se, bolando truques para desorientar o adversário, como, por exemplo, fingindo imparcialidade por meio de objeções ao próprio discurso, é importante seguir certas regras de raciocínio e utilizar argumentos plausíveis *sempre* em favor de uma ação social.

Essa ação social, no caso do discurso retórico, não é a da ciência exata, da objetividade, mas sim, dentre outros domínios (filosofia, teologia, publicidade etc.), das ciências humanas, nas quais, mais do que demonstrar certezas, trata-se de chegar a provas mais ou menos convincentes e a razões mais ou menos razoáveis, o que dá lugar à arte e à ação humana.

1.2.2. O dizer a partir do agir

Mas voltemos ao tema deste livro. De fato, observo que não raramente o autor do texto acadêmico é tentado a se distanciar da tarefa de comunicar o que foi possível apreender de seu material empírico para apenas impor-se por meio da palavra. O resultado é um discurso pouco inteligível, restando ao leitor somente constatar: *poxa, que autor erudito!*, em vez de interagir com o texto, conversar com o autor, discordando, concordando em parte, refletindo sobre novos aprendizados.

Sendo assim, considero fundamental que, antes de mais nada, o autor se pergunte qual a sua intenção ao produzir conhecimento, para então iniciar a organização de seu trabalho reafirmando-a, discernindo no que sua dissertação irá contribuir para o crescimento e desenvolvimento humanos e com qual linguagem irá se apresentar ao leitor.

Em termos de construção da dissertação, para quem opta por compartilhar um saber, uma estratégia eficiente é a organização lógica e o levantamento de argumentos a partir da ação, que seria o material empírico.

Certa vez, acompanhei a angústia e aflição de um autor que havia elaborado determinado plano de trabalho, aspectos teóricos que deveria abordar, mas depois, com diversos capítulos já concluídos, com o plano concretizado, deu-se conta, junto com seu orientador, de que a dissertação não estava bem articulada, trazia inúmeras arestas que precisavam ser aparadas, enfim, *não descia redonda*⁷. O interessante nesse episódio foi o fato de justamente o material empírico, um caso clínico, ter dado o alerta de que algo não

7. Interessante como os *slogans* publicitários pegam; certamente o leitor identificou a imagem que aqui utilizei, a de uma propaganda de cerveja que se contrapunha à concorrente brincando com a idéia de que a boa cerveja desce redonda e não quadrada. Aqui está um bom exemplo dos preceitos bakhtinianos sobre a circulação da linguagem nas mais variadas esferas de atividade humana, a apropriação criativa por parte dos falantes, enfim, o intercâmbio entre vida e discurso. O terreno da palavra é fértil, desordenado e rico como a vida diária.

ia bem. De fato, a teoria apresentada era tão vasta que o leitor se perdia, não conseguindo memorizar os aspectos cruciais que lhe permitiriam fazer *links* com o caso clínico. Ocorria então um excesso de: *o que será que ele quis dizer?* por parte do leitor e uma série de informações interessantes, mas que soavam como meras curiosidades, pois não eram aproveitadas no decorrer do trabalho.

Ressalto, porém, que de modo algum esse tipo de problema depõe contra o autor, ou mostra uma dificuldade específica, insuperável. Ao contrário; muitas vezes precisamos mesmo concretizar um plano de trabalho para então perceber que nos equivocamos no caminho escolhido. É natural e é parte, sim, do processo de elaboração de uma dissertação. A arte também está na disposição de rever, mudar de idéia em busca de um texto mais bem acabado.

Vários outros trabalhos que apreciei apresentavam uma linguagem hermética e equivocada justamente porque partiam da idéia de convencer pela exibição de um vasto conteúdo teórico que não se vinculava ao que fora observado na prática, na ação realizada em campo. Isso pode dar a impressão ao leitor de que o material coletado para análise nada acrescentou, servindo apenas para confirmar algo já sabido teoricamente, quando, na verdade, o que amplia e enriquece a teoria é o movimento ininterrupto, as inúmeras nuances, contradições, idas e vindas que se observa na prática. Obviamente, um certo aporte teórico já faz parte do conhecimento do autor quando ele inicia o trabalho de campo; sem ele, não poderia efetivar, trabalhar com suas hipóteses iniciais. O desafio é, pois, não perder de vista nenhum desses dois aspectos e procurar sempre compor organicamente teoria e prática.

Infelizmente, ainda está presente em nossa sociedade a valorização de uma linguagem despojada de vida, que reluz como ouro falso; impossível não nos impregnarmos dela. A questão é mesmo de escolha: ou nos deixamos levar por essa ideologia do bem-dizer ou, do contrário, precisamos trabalhar com afinco para superá-la em favor de

uma linguagem mais próxima do que somos. Ou seja: mais do que parecer, o discurso, assim como seu autor, precisa ser; o que significa que forma e conteúdo são inseparáveis e que, como ressalta Reboul (op. cit.), a arte retórica, ou, no caso deste livro, mais especificamente, a *arte de dissertar*, não se reduz a um conjunto de artifícios, mas deve ser aprendida, pois através dela se pode revelar um pensamento justo e sincero:

A arte é necessária à expressão, arte sem a qual ninguém seria crível ou, mais simplesmente, compreendido. Mas que arte não se confunda com artifício [pois] (...) parecendo artificial, o discurso é ineficaz. O artifício é a ruína da arte, é a figura que não dá certo, é o estratagema que dissuade precisamente por ser percebido como tal. É próprio da arte (...) passar despercebida (...) (Reboul, op. cit., p. 228).

Essa idéia de a arte passar despercebida remete, justamente, à idéia do todo orgânico em que deve resultar o texto, sendo que o próprio ato de elaborá-lo é produtor de pensamento. Não há, pois, uma solução para os problemas, uma verdade, segundo Reboul (op. cit.), já registrada e que só bastaria comunicar ao interlocutor através de um instrumento, de um conjunto de estratagemas: “na maioria das vezes, a verdade só é ‘estabelecida’ posteriormente, depois de muitas dúvidas, debates, trabalhos (...)” (p. 229).

Por essa razão, é também a própria ação de dissertar que irá indicar o caminho de organização do dizer⁸.

8. Há também que se considerar que cabem, sim, em um gênero de discurso momentos em que o autor lance mão de propriedades de outros gêneros. Um deles é a narrativa, presente principalmente em trabalhos que apresentam estudos de caso clínico, como veremos mais adiante, o outro é a descrição, presente no capítulo de metodologia. Neste, o autor deverá descrever minuciosamente (obviamente sem ser exaustivo em detalhes desnecessários) como procedeu para colher o material a ser analisado. Cabe aqui lembrar que este é um capítulo importante, pois a função do texto dissertativo que circula na academia é contribuir para a construção de saberes, e a maneira de fazê-lo pode servir como referência para estudos futuros. Apenas não me ative, neste livro, à parte referente à metodologia por tratar-se de algo bastante particular a cada área de conhecimento.

Funções do gênero dissertativo

- Expor, apresentar, construir saberes.
- Inserir o trabalho no arsenal de conhecimentos disponíveis.
- Apresentar a visão de mundo do autor.
- Dialogar com a história do pensamento, do conhecimento em foco, com outros autores.

Quem é o seu leitor?

- Alguém que você pretende convencer da pertinência de seu trabalho, o que não significa dominá-lo, impondo um discurso.
- Alguém que vai interagir com o seu dizer, desde que você permita sua entrada no texto.

1.3. A organização, a fluência e a clareza do texto

Como já afirmei anteriormente, a organização de nosso discurso depende em grande parte de nossos interlocutores, da imagem que temos do leitor, para quem dirigimos nosso texto com determinado objetivo e em determinado contexto.

Sendo assim, em primeiro lugar, quando elaboramos o capítulo introdutório de uma dissertação, é fundamental que pensemos em ganhar a atenção do leitor, o que podemos conseguir de uma maneira muito simples: ressaltando a pertinência de nosso trabalho, sua importância para a área de conhecimento em que está inserido, no que ele se afina com as preocupações do momento e o que pode acrescentar em termos de ensinamentos.

Também é usual e eficiente a apresentação do percurso do autor, através de uma narrativa breve, que enfoque apenas os acontecimentos pertinentes e que o apresente como um representante da área de saber em questão.

1.3.1. A ordem dos fatores altera o produto

De fato, a escolha do encadeamento lógico de idéias e/ou informações é fundamental. (*Não deixe de fazer o exercício 7.*)

Uma falha comum é quando, no capítulo introdutório⁹, o autor compõe o primeiro parágrafo com uma observação particular sobre o tema a ser abordado; em seguida, em dois ou três parágrafos, aponta aspectos mais genéricos e depois volta a abordar o particular. É assim que acabam ocorrendo as redundâncias e as repetições.

Uma imagem que pode ajudar nessa organização é a de uma pirâmide invertida: teremos então a base na parte superior, e o vértice na inferior. Os primeiros parágrafos seriam a parte superior dessa pirâmide invertida, mais ampla; neles pode constar, por exemplo, uma caracterização geral do tema, contextualizada na história da área. Nos seguintes, inicia-se o afunilamento da pirâmide; para tanto, é necessário que o autor pince um aspecto abordado anteriormente para aprofundá-lo. Pode ser a definição de termos anteriormente citados ou um aprofundamento da história da área, resgatando-se práticas consagradas ou mais tradicionais e já anunciando a mudança de paradigma, por exemplo. Mais alguns parágrafos, mais um afunilamento, e vamos nos aproximando do vértice da pirâmide; aqui é possível apresentar a articulação entre áreas, por exemplo, novas possibilidades de atuação e/ou de aportes teóricos, ou mesmo a especificação do objeto da pesquisa, com a explicitação da pertinência do estudo para a área. Pode-se também elaborar perguntas, formular hipóteses, explicitando ou não o percurso pessoal do autor, desde que este sirva para ilustrar a área de atuação. Enfim, chegamos ao ápice da pirâmide: um parágrafo com o objetivo do estudo, no qual também pode ser relatado, brevemente nesse momen-

9. Cumpre ressaltar que as questões abordadas neste capítulo, embora estejam mais dirigidas ao capítulo introdutório, devem ser observadas em todos os capítulos de uma dissertação.

to, algo sobre o procedimento da pesquisa. No pós-ápice pode constar a estruturação do trabalho: *no primeiro capítulo...*, desde que o autor seja breve e, nesse momento, bastante conciso.

Vamos supor que o tema da pesquisa seja a eficácia de uma nova tecnologia para problemas auditivos. Nesse caso, o mais instigante para o leitor seria percorrer o seguinte caminho: ser introduzido na questão através de uma proposição mais genérica, como a importância da audição no desenvolvimento da linguagem; depois, obter informações sobre os avanços tecnológicos na área para então vir a saber em qual faceta o trabalho iria se ater – no caso, poderia ser a pertinência de determinado processo de reabilitação. O leitor pode assim fluir em sua leitura com liberdade para ir tirando conclusões a partir das primeiras informações que lhe são oferecidas, sem que precise se dedicar a um trabalho de organização que não é dele, e sim do autor-pesquisador.

E quanto ao número de páginas? Essa é uma questão a ser pensada junto com o orientador, representante da área em foco. Não há, pois, um único padrão a seguir, mas não é aconselhável se alongar na introdução a ponto de responder a todas as perguntas, ou revelar todas as conclusões, ou ainda fazer referência a estudos que, depois, também serão citados no capítulo da revisão. É preciso criar expectativas no leitor, aguçar sua curiosidade para que se sinta motivado a continuar lendo o trabalho.

É importante lembrar que “... a maneira de apresentar os fatos já é, em si, um argumento” (Reboul, op. cit., p. 57). E que, na escrita, a ordem dos fatores altera, sim, o produto...

1.3.2. Ser claro é ser preciso

Há também a questão da clareza do discurso. Ressalto que esse aspecto também depende sobremaneira do público para o qual dirigimos nosso trabalho. Se partirmos do pressuposto de que o leitor está informado sobre determinados pontos que iremos abordar, obviamente não seremos

muito minuciosos nesses pontos, adiantando conclusões, apresentando um saber menos básico. Isso é perfeitamente possível e não compromete a composição do trabalho, mas não se pode exagerar.

Explico: há expressões, procedimentos, objetos específicos muito utilizados em determinadas áreas de saber mas que são absolutamente desconhecidos por outras. Sendo assim, lembrando que nossos leitores não serão somente os pares profissionais, pode ser de bom-tom, um ato de generosidade, inserir notas de rodapé explicativas.

Um exemplo. Certa vez acompanhei um trabalho que apresentou essa falha. O autor, um terapeuta, relatava o uso que tinha feito de um livro no atendimento de seu paciente, mostrando a identificação deste com o personagem da história, mas esqueceu que o leitor poderia não conhecer o tal livro, o que o impediria de compreender, concordar ou não com a avaliação feita pelo autor-terapeuta. Sugeri então que fizesse uma breve síntese da história para atender a essa possível, e plausível, curiosidade do leitor. Também quando há referência a jogos, programas de tevê, personagens de novelas ou histórias em quadrinhos, por mais conhecidos que sejam, é importante explicar, descrever, contextualizar, ainda que brevemente. Devemos proceder da mesma maneira com determinados conceitos e jargões profissionais. É um cuidado com o leitor que o aproxima do texto.

Também compromete o aspecto de clareza o uso excessivo de conceitos de senso comum, pois isso afeta o aspecto de complexidade, que está intimamente relacionado à necessidade de ser preciso. Por exemplo: a utilização de termos como *adequado*, *normal*; para empregá-los, o autor precisa definir claramente, no decorrer do texto, quais os parâmetros que o fizeram utilizar-se dessas qualificações; do contrário, o leitor pode perguntar: *Adequado, normal de qual ponto de vista?*

O ponto de vista, não podemos esquecer, está presente em uma dissertação; ou seja, sempre se evidencia, na trama do texto, a visão de mundo do autor. O que este não deve, porém, é afirmá-la pura e simplesmente, sem se com-

prometer minimamente com a história do pensamento, do conhecimento em foco, com o diálogo entre os autores.

No aspecto da clareza, também estão as dúvidas sobre o tamanho dos parágrafos e das frases. Muitos aconselham: *faça sempre parágrafos mais curtos, com frases também curtas para facilitar a leitura*. Não concordo. Contemplar o leitor não significa, necessariamente, facilitar o trabalho de entendimento, de interpretação. Porém, não podemos dificultar o diálogo com o texto, bloquear a troca, impedir a interação. Sendo assim, o ideal é não se exceder na quantidade de informações, ou idéias, ou conclusões num mesmo parágrafo, pois, se forem muitas e novas ao leitor, ele precisará reler muitas vezes, tentando organizar um pensamento, quando isso é tarefa do autor. Frases curtas podem, de fato, ajudar nessa hora, mas não há uma regra a seguir, pois, usadas em excesso, umas em seguida às outras, sem que estejam ligadas por termos (assim, dessa forma, conseqüentemente, porém, portanto, sendo assim...) que indiquem a relação entre as idéias, mostra apenas que o autor pouco compreendeu o conteúdo que está apresentando.

Não estou dizendo que a necessidade de reler um texto significa, necessariamente, que ele não está bem organizado, pouco claro. Muitas vezes, o que temos a dizer é mesmo bastante complexo, e então a linguagem também o será, o que exigirá do leitor mais releituras para apreender o conteúdo. É preciso discernir o que é complexo, e exige uma linguagem complexa, daquilo que, mesmo sendo complexo, pode ser dito de maneira menos abstrata, de forma mais acessível ao leitor. E ainda: o que é simples deve ser dito de maneira simples; do contrário, mais uma vez corremos o risco de cair na armadilha de rebuscar a linguagem não para dizer, mas para afirmar poder.

1.3.3. Quanto mais reformulação, mais fluência

Para abordar o aspecto da fluência na construção do discurso científico, conto aqui um curto episódio. Certa vez,

em uma palestra que ministrei sobre o tema, um dos autores mestrando me relatou que escrevia de maneira muito sucinta, o que incomodava seu orientador. Como, porém, para esse autor ser sucinto era uma marca estilística, não conseguia entender por que deveria escrever de outra forma, o que para ele não passaria do famigerado *encher lingüiça*.

Na ocasião, expliquei-lhe o seguinte: por circular na esfera da ciência, o texto acadêmico participa na construção de saberes; sendo assim, ser extremamente sucinto todo o tempo pode comprometer justamente esse princípio, pois o leitor vai em busca desse texto justamente para se inteirar da maneira como o autor cientista construiu aquele conhecimento. Nesse aspecto, não se pode frustrar o leitor, economizando palavras, informações, sonegando o processo do pensar que levou o autor a tirar suas conclusões. Não se pode, de fato, ser extremamente conciso¹⁰, o que, nesse caso, pode comprometer a fluência, já que o leitor precisará o tempo todo se perguntar: *o que será que o autor quis dizer?*¹¹

Veja que não é uma questão de submeter-se simplesmente a uma lei, mas entender o seu significado na elaboração do texto acadêmico e então dispor-se a comunicar-se com o leitor apropriando-se dessa lei. E mais: estilo não tem a ver somente com aspectos individuais, mas também com a esfera de comunicação escolhida para a publicação de um trabalho.

10. Refiro-me aqui à síntese que pode levar a simplificações e não, obviamente, à capacidade louvável de fundir tese e antítese, dando origem a uma nova proposição, de estabelecer novas combinações de idéias para gerar novos pontos de vista, ou mesmo à necessidade de compor parágrafos que resumam informações anteriores e que têm por função ajudar o leitor a compreender o estudo a ele apresentado.

11. Aqui, voltamos à questão do número de páginas, tanto dos capítulos como de todo o trabalho, o que precisa da presença do orientador para ser regulado. Mas é bom ter em mente que cada parte dedica-se a aprofundar uma face do tema proposto. Revisão de literatura é, majoritariamente, revisão de literatura; apresentação de dados não é análise, embora todas essas partes dialoguem entre si, cada uma delas com ganchos para as outras, anúncios e pistas do que será aprofundado. Isso vai compor o tamanho de cada capítulo, que não pode ser muito longo, a ponto de desequilibrar o trabalho, nem curto, a ponto de comprometer a complexidade do gênero. Ainda vale aquela máxima: colocado sobre a mesa, o trabalho tem de ter volume suficiente para parar em pé!... mas não pode rachar a mesa...

Observo que, de fato, muitos autores acabam por ter dificuldades em compreender a questão da fluência (é o tal *descer redondo*). Geralmente, contam que estão tão organicamente envolvidos com o trabalho que já não conseguem avaliar o que foi dito, o que ainda precisa ser relatado, se estão ou não sendo repetitivos ou sonhando, sem saber, informações valiosas ao leitor para o efetivo entendimento do estudo. É uma dificuldade que, de maneira alguma, depõe contra o autor. Na verdade, o que falta aqui é o aprendizado, a consciência maior de uma peculiaridade da escrita: o que dizemos fica registrado, materializado, o que nos permite reler incansavelmente o texto, reformular, reescrever.

De início a releitura deve objetivar basicamente dois pontos: a observação de repetição de idéias e/ou informações de *saltos* no processo de construção do pensamento. Para exemplificar, faço uso aqui de uma imagem bastante rica. Imagine-se com a tarefa de apresentar a um visitante a importante e movimentada cidade em que você mora. Você o acompanha pelo caminho, até que ele pára para admirar uma vitrine. Sem se dar conta, você continua a caminhar, entra em um beco, pega um desvio, dobra à direita, veste as botas de sete léguas, abandonando-o, solitário e perdido (Masini, 2001). Ou então você insiste em lhe apontar diversas vezes o mesmo monumento, repetindo informações históricas sobre quem o criou, quando e por que foi criado. Preocupado com a possibilidade de seu visitante perder-se, você acaba explicando diversas vezes, e com minúcia exagerada, como ele deve fazer para pegar o metrô, antecipando tudo o que deverá encontrar, impedindo-o assim de se surpreender, de se aventurar, de utilizar seus próprios recursos para desvendar novos caminhos, de fluir livremente pela cidade.

Pense em seu texto como algo novo, como um percurso desconhecido que será apresentado ao seu leitor: seja generoso, não o abandone no meio do caminho; permita que ele se envolva com sua escrita a ponto de desejar demorar-se em determinado tópico; procure desvendar os pontos estratégicos de seu discurso, ou seja, aqueles nos quais es-

tá a essência do que você quer comunicar; demore-se neles, retome-os, sempre que possível. Afine sua sensibilidade com a de seu leitor e procure não atropelá-lo, nem subestimar a capacidade dele de criar interpretações, de fazer articulações, de memorizar e compreender informações. Para tanto, é importante que o autor se pergunte:

Estou sendo redundante, desconfiando da capacidade de entendimento de meu leitor ou de minha capacidade de ser claro, o que me leva a repetir muitas vezes a mesma idéia? Ou quando o faço é com o objetivo de ser enfático? Fica claro para o leitor esse meu intuito?

Estou supondo que meu leitor acompanhou passo a passo a construção de meu trabalho, e por isso sabe tanto dele quanto eu, o que me leva a ser muito sucinto em momentos em que deveria explicitar mais minuciosamente meu pensamento?

Veja que são duas imagens de leitor que acabam por determinar a maneira de elaborar o texto e que precisam ser revistas.

Fluência, clareza e organização

- A organização torna o texto fluente.
- A clareza torna o texto fluente.
- Só reformulando e reescrevendo se ganha em fluência, ou seja, o texto desce redondo.

Quem é o seu leitor?

Visitante de uma cidade desconhecida, a quem você deve ciceronear:

- Informar na medida para que ele não se perca nas ruas e nos desvios.
- Respeitar o seu desejo de demorar-se em pontos atrativos.
- Organizar a ordem de apresentação do mapa da cidade, de maneira lógica e produtiva, para que ele a conheça e desfrute de suas qualidades.

1.4. A pessoa do discurso

O quanto se deve ou não seguir práticas legitimadas, o quanto faz sentido ou não propor novas maneiras de abordar um tema precisa, primeiramente, ser acertado com o orientador. Mas, ainda assim, há alguns aspectos que pretendo esclarecer.

1.4.1. A impessoalidade no trabalho científico

Se a opção do pesquisador for seguir estritamente o que ainda é considerado como linguagem científica, entre outros aspectos, deve observar, na redação final, a impessoalidade e a objetividade. A primeira pode ser conseguida com o uso da voz passiva – *foi observado, foi realizado* – ou da terceira pessoa do singular com o pronome *se*, ou de expressões tais como *o presente estudo/trabalho, a presente pesquisa/dissertação*.

A escolha dessas flexões se dá, geralmente, quando a pesquisa realizada pretende ser majoritariamente informativa e técnica, pautando-se em dados concretos, os quais “analisa, sintetiza, argumenta e conclui” (cf. Pádua, 2002, p. 88). São trabalhos mais objetivos em que o autor pretende, por exemplo, testar novos procedimentos de avaliação ou mesmo corroborar alguns já experimentados, mas com outra população, ou outras variáveis, ou mesmo questionar o seu alcance, compilar e quantificar dados.

Na realidade, esse é um aspecto polêmico que remete à questão: *é possível ser impessoal no campo do trabalho científico?* De acordo com Bakhtin (1997, p. 313), quando usamos uma palavra em determinada situação dialógica, “ela já se impregnou de minha [nossa] expressividade”. Sendo assim, ainda que pareça paradoxal, a própria pretensão de transmitir impessoalidade já torna o uso da voz passiva expressivo, não-neutro, pois afirma um juízo de valor do autor-cientista, o que pensa deva ser um trabalho científico.

Porém, de fato, quando o trabalho se pretende mais objetivo, técnico e informativo, o autor acaba por selecionar os recursos lingüísticos pressupondo que os leitores estão de acordo com seu ponto de vista, o que reduz sobremaneira sua expressividade, já que abdica da tentativa de convencer através do uso de recursos retóricos, grandes responsáveis pelo estilo pessoal de dissertar (cf. Bakhtin, 1997, p. 324).

1.4.2. É possível ser neutro?

Não podemos esquecer, porém, que a ação de informar não é neutra. Há uma tirinha de Laerte (*Folha de S. Paulo*, set. 1997) que ilustra o tema: um homem famoso caminha tranqüilo pela praia enquanto pensa: *Não agüento mais os paparazzi, sempre atrás de fotos indiscretas...* Até que vê estendido na areia um cara passando mal. Debruça-se sobre ele e diz: *Não tem ninguém por perto! Eu mesmo vou ter que...* No quadrinho seguinte, ele faz respiração boca a boca no sujeito, enquanto atrás deles passa uma moto com dois paparazzi fotografando avidamente o "casal"¹².

O objetivo do autor da tirinha era, obviamente, brincar com a sede de sangue da chamada *imprensa marrom*, dos meios de comunicação que exploram a vida dos famosos. Mas nela há também uma sátira à pretensa neutralidade da informação. Não é difícil imaginarmos a chamada em letras garrafais que acompanharia a foto dos paparazzi em revistas de fofocas: FAMOSO ATOR ASSUME PUBLICAMENTE SUA HOMOSSEXUALIDADE. Mas, em um jornal pretensamente neutro na transmissão de informações, em que o manual de redação sugere que as partes envolvidas sejam igualmente ouvidas, poderíamos encontrar algo como: *nesta manhã, fulano de tal, famoso ator da tevê brasileira, foi visto trocando carícias*

12. Só para contextualizar a situação dialógica: essa tirinha foi produzida pelo autor por ocasião do acidente sofrido pela princesa Diana, que envolveu os paparazzi e reacendeu a polêmica do papel da imprensa na vida das celebridades. Mais adiante, apresento um trecho de artigo publicado por Clóvis Rossi no mesmo jornal, na mesma ocasião. São exemplos de maneiras diferentes de comunicar críticas semelhantes.

com outro homem no litoral baiano. Segundo o ator, a foto publicada não revela a verdade dos fatos, já que se tratava de uma tentativa de salvar uma vítima de afogamento, por meio do método de respiração boca a boca. Testemunhas, porém, afirmam ter visto o casal de mãos dadas antes do suposto ato libidinoso.

Veja que o próprio fato de divulgar a informação já aponta um posicionamento do jornal. A seleção de palavras que imprimem neutralidade à notícia – foi visto, trocar carícias, suposto ato libidinoso – coexiste com a de detalhes tendenciosos – respiração boca a boca.

Na verdade, inúmeros são os exemplos cotidianos de informações veiculadas com enfoques diferentes, muitas vezes opostos, e que, mesmo pretendendo-se neutras, acabam por direcionar o entendimento, a interpretação, a reflexão dos leitores. Nas palavras de Clóvis Rossi (*Folha de S. Paulo*, 9.9.1997, Opinião, p. 2):

[há] enormes diferenças entre cada veículo, que não se esgotam nas clássicas, entre mídia impressa e mídia eletrônica, por exemplo. Há, de jornal para jornal, matizes e comportamentos diferentes.

O mesmo podemos dizer do texto acadêmico. Portanto, ainda que tenha a intenção de apenas informar, o autor deve ter consciência de que sempre apresentará algo de sua maneira de pensar ao público.

A escolha quanto à pessoa que fala no texto também é um aspecto que contribui para essa apresentação. Em função disso, é preciso que seja uma escolha consciente; quer dizer, se questionado a respeito dela, o autor deve saber justificá-la com argumentos sólidos.

1.4.3. Assumir posicionamentos

Também observo autores que se utilizam da voz passiva ou da terceira pessoa do singular, mas sem pretenderem ser impessoais; ao contrário, posicionam-se claramente, através de inúmeros recursos expressivos, sabendo que es-

tão contribuindo para a construção de saberes e que, portanto, precisam apresentar contraposições de idéias, de teorias, constituindo-se como um elo de uma cadeia maior de comunicação entre autores que já escreveram sobre o tema, entre aqueles que também o estão fazendo e outros que ainda pretendem abordá-lo.

Alguns programas de pós-graduação, principalmente na área de humanas, têm permitido, no entanto, o uso da primeira pessoa do singular. Surge então a dúvida: *Como colocar na primeira pessoa do singular se desenvolvi o trabalho junto com meu orientador?*

Nesse caso, seria mais condizente manter a primeira pessoa do plural, também bastante valorizada e legitimada; porém, muitas vezes, na introdução do trabalho há uma apresentação do percurso profissional do autor, de suas buscas pessoais, o que pede a primeira pessoa do singular. Cabe, no entanto, verificar se esse tipo de introdução é condizente com o tema abordado, se possibilitará ao leitor um entendimento maior do que se quer discutir e apresentar; enfim, se a narrativa do percurso profissional pessoal servirá de *gancho* para as reflexões que se seguem no corpo do trabalho. Do contrário, a introdução pode apresentar o tema a ser discutido ao leitor em termos mais genéricos, com a apresentação de indagações presentes, naquele momento, na área de conhecimento em foco, para depois o autor abordar as questões mais específicas.

Cabe lembrar que o fato de escolher a primeira pessoa do singular não significa que o autor vá prescindir de fazer referência a outros estudos, nem mesmo de contrapor concepções teóricas, posicionando-se como representante de uma ou outra maneira de entender, de pensar, ou de manter certo distanciamento de seu objeto de estudo para poder avaliá-lo e criticá-lo devidamente. Se o fizer, correrá o risco de apresentar apenas idéias de senso comum, liberdade que quem opta pelo trabalho acadêmico, como já foi dito, não deve se dar.

Certa vez, observei exatamente esse problema em uma dissertação de mestrado; segundo o orientador, o texto trazia um tom jornalístico, mas a orientanda não sabia como trabalhá-lo de outra forma. De fato, ela apenas havia apre-

sentado seu percurso pessoal, sem incorporá-lo no todo da área de conhecimento em pauta. Não só muitas das idéias que trazia a público já haviam sido discutidas sem que estivessem devidamente creditadas, como, no geral, ela optou por um registro mais coloquial, o que também descaracterizava seu texto como acadêmico.

Nos jornais, diariamente, encontramos exemplos dessa linguagem mais despojada, próxima da que usamos em nossas conversas cotidianas:

Não votei em candidato nenhum nas eleições de 2002. Mas votei em Lula no passado e torço para que tudo dê certo em seu governo, mas que ele *pisou na bola*, pisou (Cony, *Folha de S. Paulo*, 12.2.2003, p. A2) (grifo meu)¹³. (Ver exercício 2.)

O uso dessa expressão não depõe contra o articulista em razão de alguns aspectos: trata-se de um autor de renome que já tem legitimado seu estilo dentro de diversos gêneros discursivos, os quais domina muito bem, e escreve em uma determinada esfera de comunicação que permite esse despojamento, a saber, a *Folha de S. Paulo*. Esse jornal tem como proposta, conhecida publicamente, contemplar diferentes posicionamentos e estilos, que inclusive tomam corpo na própria seção do jornal em que o autor publica sua coluna, denominada “Opinião”, na qual constam também os editoriais. Nela, os articulistas (alguns, por sinal, fazem parte do conselho editorial, como é o caso de Cony) têm uma liberdade maior para efetivar o diálogo com determinado leitor, ou melhor, com determinada faceta das inúmeras existentes em cada leitor, em cada um de nós. Sendo assim, os leitores assíduos desse jornal esperam encontrar esse tom de conversa cotidiana também em outras seções; é uma estratégia expressiva que acaba por aproximá-los de determinados autores.

13. Nesse texto há um recurso que pode ser sim utilizado nas dissertações: é a estratégia de “desarmar” o interlocutor, alvo da crítica, colocando-se ao seu lado antes de efetivá-la.

De fato, no momento em que lemos um texto

... sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, sentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (...), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo (...) (Bakhtin, 1997, p. 302),

o que reforça a idéia de que não se deve frustrar o leitor na expectativa de encontrar no texto acadêmico peculiaridades ou formas típicas de estruturação que lhe são inerentes.

Sendo assim, no caso do texto acadêmico, por mais que a escolha do tema a ser aprofundado seja pessoal, pautada em vivências particulares, certamente o movimento da área de conhecimento em que focalizamos nosso estudo também contribui decisivamente para sua viabilização. Nada mais plausível, portanto, que encontrarmos maneiras de dizer isso ao leitor. Para tanto, certas convenções não devem ser desrespeitadas, do contrário corre-se o risco de desvalorizar o próprio trabalho.

1.4.4. Novas idéias, novos dizeres

É preciso considerar, no entanto, que as formas de apresentar reflexões também mudam de acordo com as constantes transformações do conteúdo das idéias, ainda que se demore muito para aceitar algum tipo de novidade formal, tanto no que diz respeito aos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, como também à maneira de compor um texto (cf. Bagno, 2001).

Acredito, porém, que também seja função, parte do trabalho de quem se dispõe a escrever um texto acadêmico, pesquisar novas formas de dizer, isso se o material em foco, o objeto sobre o qual se atém, o exigir. A esse respeito, afirma Mário de Andrade (1972, apud Perrotta, Märtz e Masini, op. cit., p. 60): "O vocabulário contemporâneo e o estilo atual seriam absolutamente inúteis para Camões."

Retomando a questão da pessoa do discurso, também é importante observar qual a natureza do material coletado para análise e a escolha metodológica. Nas dissertações de mestrado de psicologia e de fonoaudiologia, muitas vezes apresenta-se ao leitor um caso clínico¹⁴. Surge então a pergunta: *Como colocar na primeira pessoa do plural se vou apresentar um trabalho apenas por mim realizado?*

Nesses casos, sugiro dois caminhos possíveis: assumir a primeira pessoa do singular e, se houver uma participação decisiva do orientador no trabalho, contemplá-la, por exemplo, nas referências aos seus estudos, ou ainda em agradecimentos especialíssimos; ou comunicar ao leitor no capítulo de metodologia que o autor ou pesquisador é também o terapeuta, mantendo, no restante do trabalho, a primeira pessoa do plural. Nesse caso, é preciso ter um cuidado maior na composição do texto, para saber quando usar a primeira pessoa do plural ou a terceira pessoa do singular, esta para se referir ao terapeuta-pesquisador. Essa opção pode ser interessante para o autor que pretende enfatizar ao leitor que, embora seja parte do material empírico, tomou certo distanciamento e pôde analisar a própria prática.

O que não podemos perder de vista, no entanto, é que o estudo de casos clínicos tem por objetivo valorizar a dupla terapeuta/paciente, ativamente implicada no processo, apresentar sua riqueza como material de estudo, de desvendamento de aspectos do humano, da subjetividade. Não cabe, nessa perspectiva, comunicar objetividade ou impessoalidade.

Também não podemos esquecer que existem maneiras de mostrar ao leitor, mesmo que o texto esteja na primeira pessoa do singular, que a dissertação é fruto de um movimento a que se pertence; apresenta, pois, um certo momento histórico da área, com suas dúvidas, respostas, novas indagações, conhecimentos e desconhecimentos.

14. Mais adiante, retomo a questão da apresentação de casos clínicos.

Em suma: por mais impessoalidade que se pretenda manter ao realizar uma pesquisa, no corpo do texto sempre aparecem escolhas pessoais, obviamente ancoradas no grupo de referência do qual o autor faz parte. Nesse grupo, além do orientador, estão também os outros autores, mais ou menos dispostos a seguir padrões de escrita acadêmica, mais ou menos maleáveis na avaliação que irão fazer dos trabalhos apresentados.

É por essa razão que dúvidas como a da pessoa que deve falar no texto precisam ser resolvidas tendo-se como parâmetro, também, outras dissertações já publicadas na área de conhecimento em questão. É importante, pois, elencar afinidades, pesquisar não só sobre o conteúdo dos trabalhos já concluídos mas também sobre as formas como foram apresentados.

Se o autor pretender legitimar uma forma inovadora, não pode se esquecer de que corre o risco de ser criticado, muitas vezes com contundência, o que mais uma vez alerta para o fato de que precisa ter clareza e assumir suas intenções, pois só assim será capaz de defendê-las.

Para tanto, porém, é preciso apropriar-se de seu texto, ler e reler o que escreveu, retomando objetivos, questionando proposições: *Será que é isso mesmo que quero dizer? Será que estou dizendo da melhor forma? Será que, assim, consigo me aproximar de meu leitor, instigá-lo a refletir na direção que pretendo? Será que fui capaz de apresentar as inquietações de minha área de conhecimento?*

A pessoa do discurso

- 1.^a pessoa do singular: efeito de aproximar-se do leitor, assumindo claramente a autoria das idéias apresentadas; aconselhável na apresentação de estudos de casos, de pesquisas qualitativas.
- 1.^a pessoa do plural: efeito de explicitar claramente inserção do trabalho num grupo de pesquisa; aconselhável para trabalhos em que o orientador e o grupo de referência contribuíram ativamente.
- 3.^a pessoa do singular com pronome se/uso da voz passiva: efeito de distanciar-se do objeto de estudo e de apresentá-lo de maneira mais objetiva e impessoal; aconselhável para pesquisas majoritariamente informativas e técnicas.

Lembre-se: qualquer que seja a opção, o leitor sempre precisa ser comunicado, no decorrer do texto, de que o estudo apresenta o movimento da área de conhecimento em foco.

Quem é o seu leitor?

- Alguém com quem você pretende debater e que precisa ser convencido da pertinência de seu trabalho.
- Alguém a quem você quer informar e que concorda com seu ponto de vista.

Lembre-se: não é necessário que você escolha um ou outro. Ambos devem ser contemplados no trabalho, ainda que, majoritariamente, você componha seu texto visando a um deles. Para debater, é preciso informação; e a informação leva ao debate.